

Belo Horizonte, 20 de agosto de 2020.

**RESPOSTA DILIGÊNCIA COMUNICAÇÃO INTERNA N.
SELPD/SLSTE/211/2020
REFERÊNCIA PREGÃO ELETRÔNICO 23/2019 – LOTE 3**

A Senhora
GRAZIELLA MELGAÇO PIRES FURTADO DE MENDONÇA
Pregoeira

Prezada Pregoeira, segue respostas sobre a análise técnica da proposta apresentada pela empresa SANTA FÉ SERVIÇOS EIRELLI.

2.1. Não foi observada a manutenção de duas casas decimais no valor unitário do objeto contratual (subitem 8.5.1 do edital). Para tanto, deve ser utilizada a função “ARRED” no Excel em todos os valores inseridos nas planilhas, notadamente aqueles do Módulo 01 – Composição da Remuneração e do Módulo 5 – Insumos Diversos.

RESPOSTA: Foi usado “ARRED” em todas as planilhas no Módulo 5, conforme solicitado.

2.2. Indicou-se 01/01/2019 como data-base de todas as categorias, o que está em desconformidade com o instrumento coletivo indicado na proposta. Conforme Cláusula Primeira da CCT MG002209/2019, a data-base da categoria é fixada em 01º de abril.

RESPOSTA: Data base corrigida.

2.3. Nos “Dados complementares para a composição dos custos referente à mão-de-obra”, indicou-se incorretamente a quantidade total a contratar (em função da unidade de medida) nos postos de Servente

44h + GAF e Servente 44h + Insalubre da localidade de Pouso Alegre/MG.

RESPOSTA: Foi alterado o número de postos nas planilhas.

2.4. Foi incluído, na Composição da Remuneração (Módulo 01), o custo com “Acúmulo de Função - 12% sobre salário-base” (item 1F). No entanto, inexistente na legislação ou no instrumento coletivo utilizado na proposta a garantia do caráter remuneratório de tal parcela.

Conforme §1º do art. 457 da CLT, com redação dada pela Lei nº 13.467/2017, integram o salário apenas a importância fixa estipulada, as gratificações legais e as comissões pagas pelo empregador. Portanto, por não se tratar de gratificação legal e não haver disposição negociada em contrário, não haverá reflexos em outras parcelas, isto é, quando paga, terá natureza indenizatória. Esse é o entendimento consolidado em parecer jurídico da então Assessoria de Análise Jurídica da Diretoria- Geral deste Tribunal no Processo e-PAD nº 4.716/2019.

Assim sendo, a referida gratificação, quando ajustada para os postos de servente que cumularão as tarefas de limpeza e conservação com tarefas de copeiragem, não deverá integrar a Composição da Remuneração, mas sim os Benefícios Mensais e Diários (submódulo 2.3) na planilha de custos e formação de preços.

RESPOSTA: Conforme a análise deste Regional alteramos o acúmulo de função do módulo 1 letra F para o sub módulo 2.3 letra F.

2.5. Identificou-se divergência entre o FAP informado nas planilhas (item 2.2 C), no valor de 1,0526, e aquele constante na documentação apresentada, no valor de 1,0538.

RESPOSTA: Foi alterado nas planilhas para o valor 1,0538.

2.6. Foi utilizada estimativa de 22 dias úteis para fins de cálculo do custo com Auxílio-alimentação (item 2.3 B), que difere da estimativa de

20,83 dias úteis utilizada no cálculo do custo com Transporte (item 2.3 A).

Conforme parágrafo segundo da Cláusula Nona da CCT MG002209/2019, “as empresas concederão aos demais empregados/trabalhadores terceirizados de toda categoria auxílio alimentação através de vales-refeição/alimentação ou em dinheiro no valor de R\$16,00 (dezesesseis reais) por dia efetivamente trabalhado”.

RESPOSTA: Conforme a análise deste Regional foi alterado a estimativa do auxílio alimentação para 20,83 dias uteis.

2.7. O seguro de vida (item 2.3 D) foi cotado no valor de R\$ 1,43 para todos os postos. Para efeito de comprovação de exequibilidade do preço ofertado (subitem 9.5 do edital), recomenda-se a apresentação de apólice de seguro de vida em grupo contratado nos termos do instrumento coletivo indicado na proposta.

RESPOSTA: Valor do seguro de vida em grupo conforme comprovantes em anexo.

2.8. Utilizou-se fórmula que inclui a contribuição social de 10%, extinta pela Lei nº 13.932/2019, a partir de 01º/01/2020, no cálculo da multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado (item 3 C) e da multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalho (item 3 F), nos postos de Porteiro (exceto na localidade de Alfenas/MG), tendo sido cotados os percentuais de 0,23% e 4,77% respectivamente.

Conforme preconiza o Anexo IX do Termo de Referência, a multa do FGTS sobre Prévio Indenizado se trata do direito do trabalhador demitido, sem justa causa, de receber o valor correspondente à multa do FGTS (40%) (Art. 18 da Lei nº 8.036/90). Incidirá sobre a alíquota de 8% do FGTS, aplicado sobre os valores depositados relativos a remuneração, férias, adicional de férias e 13º salário, considerando a probabilidade de 5% dos empregados, por ano, serem demitidos com aviso prévio indenizado.

$$\text{Cálculo} = 40\% \times 8\% [1 + 1/12 + 1/3/12 + 1/12] \times 5\% = 0,19\%$$

No caso da multa do FGTS sobre Prévio Trabalhado, trata-se do direito do trabalhador demitido, sem justa causa, de receber o valor correspondente à multa do FGTS (40%) (Art. 18 da Lei nº 8.036/90). Incidirá sobre o recolhimento do FGTS (8%), aplicado sobre os valores depositados relativos a remuneração, férias, adicional de férias e 13º salário, considerando os 100% dos funcionários que serem demitidos ao final do contrato.

$$\text{Cálculo} = 40\% \times 8\% [1 + 1/12 + 1/3/12 + 1/12] \times 100\% = 3,82\%$$

Nesse caso, é necessário ajuste ou apresentação de justificativas para as alterações realizadas (subitem. 1.4 do Anexo IX do Termo de Referência).

RESPOSTA: Foi alterado conforme memoria de calculo apresentada.

2.9. Foi utilizada proporção de mulheres no percentual de 90%, para fins de cálculo do custo com Substituto na Cobertura de Afastamento Maternidade (item 4.1 E), em todos os postos, inclusive no de porteiro, cujo histórico indica ocupação predominante por empregados do sexo masculino, e no de auxiliar operador de carga, para o qual, nos termos do art. 390 da CLT (referenciado no Anexo IX do Termo de Referência), fica vedada a contratação de mulher, por demandar força muscular superior a 20 (vinte) quilos para trabalho contínuo ou 25 (vinte e cinco) quilos para o trabalho ocasional.

RESPOSTA: Foi alterado nas planilhas de porteiro o percentual de substituto na Cobertura de Afastamento Maternidade para 10%. Já na planilha de auxiliar operador de carga zeramos tal previsão.

2.10. Não obstante tenha sido apresentada a composição discriminada dos custos com Uniformes (item 5 A), em planilha apartada (subitem 6.9.6 do edital), por posto de trabalho, para modelagens feminina e masculina, os valores utilizados nas planilhas individuais correspondem a

apenas ao valor mensal dos uniformes da modelagem masculina. Considerando que foram definidos, para a futura contratação, conforme Anexo X, uniformes diferentes para a versão masculina e feminina de algumas categorias profissionais, necessário utilizar média entre os valores por gênero na proporção estimada do quantitativo de trabalhadores de cada sexo, de acordo com a realidade da empresa.

RESPOSTA: Valor alterado conforme média.

2.11. Identificou-se, na composição discriminada dos custos com Material de Limpeza (item 5 B), em planilha apartada (subitem 6.9.6 do edital), que alguns itens foram cotados em quantitativo inferior àquele estimado no Anexo IV do Termo de Referência, quais sejam: Água sanitária, Álcool etílico, Desinfetante, Flanela, Pano de chão, Papel Higiênico, Papel Toalha, Sabonete Líquido Hidratante, Saco de lixo 20 litros (azul), Saco de lixo 100 litros 0,05 (preto) e Saco de lixo 100 litros 0,07 (preto), Balde 10L/12L, Balde 20L, Borrifador 500ml, Desentupidor de pia, Desentupidor de vaso, Escova de Madeira e Mangueira de borracha.

Dessa forma, embora tenha sido apresentada a declaração de ciência e concordância das condições do edital e seus anexos, rememora-se que, entre as obrigações da contratada, está a de arcar com os ônus decorrentes de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993 (subitem 11.1.41 do edital).

Assim, para efeito de comprovação de exequibilidade do preço ofertado (subitem 9.5 do edital), recomenda-se obter junto à arrematante a declaração formal de que esta se obriga a fornecer todos os materiais de limpeza indicados no edital, além de outro(s) que se fizer(em) necessário(s) para a prestação dos serviços, nos quantitativos adequados para o atendimento da demanda das unidades deste Tribunal (subitem 1.6 do Anexo

IV do Termo de Referência), posto que a estimativa dos quantitativos de materiais de limpeza a serem fornecidos e dos respectivos preços cotados é de sua responsabilidade (subitem 1.5 do Anexo IV do Termo de Referência).

RESPOSTA: A empresa informa, conforme declaração em anexo, arcar com os ônus decorrentes de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993 (subitem 11.1.41 do edital).

.

**SANTA FÉ SERVIÇOS EIRELLI
LINDON CARLOS FERREIRA LINS
TITULAR ADMINISTRADOR**